

Proc. Adm. n° 0170515-2

FI. 550 b

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a locação de veículos automotores, sem motorista e combustível, especificamente, Serviço Comum, eis que seus padrões de desempenho e qualidade permitem sua definição objetiva por meio de especificações praticadas no mercado, sendo este de natureza comum, através da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 77/2023, da Prefeitura Municipal de Guapimirim, conforme as especificações contidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, realiza diariamente atendimentos, inspeções, visitas, além da rotina administrativa no município.

Os veículos são essenciais para a melhoria do desempenho das atividades operacionais e sociais que se destinam a dar continuidade à realização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que são essenciais ao cumprimento da missão da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos através de seus equipamentos.

Dessa forma, os veículos permitem o atendimento às necessidades de deslocamento de bens, documentos e pessoas (colaboradores e assistidos), no atendimento de demandas relacionadas a Política Pública de Assistência Social de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, além do apoio Administrativo.

Foi escolhida a adesão a ata de registro de preços em virtude da celeridade processual, devido ao encerramento do contrato pertinente à locação de veículos.

N



Proc. Adm. n°0170515-21

FI. 551 0

Além da demonstração de vantajosidade, uma vez que, a nova adesão mostra-se mais vantajosa à administração pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, definiu-se a escolha da locação de veículos automotores, através da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 77/2023, da Prefeitura Municipal de Guapimirim, por se apresentar mais célere e vantajosa a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

• Veículo Automotor zero quilômetro: Motor 1.0 a 1.6 Flex ou equivalente; Potência de 68cv a 100cv ou equivalente; Câmbio manual; Tanque de combustível com capacidade para aprox. 50 litros; Sistema de partida a frio com ou sem reservatório adicional de gasolina; Freios com sistema antitravamento e distribuição eletrônica de frenagem ou equivalente; Palhetas do limpador de para-brisa com melhor performance; Alerta de frenagem de emergência; 2 airbags (passageiro e motorista); 3 apoios de cabeça no banco traseiro com ajuste de altura; 4 portas; Alerta sonoro e visual para não utilização do cinto de segurança do motorista; Antena no teto; Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen; Banco do motorista com ajuste de altura; Banco traseiro preferencialmente com encosto rebatível; Chave tipo "canivete" sem controle remoto; Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador; Cintos de segurança traseiros de 3 pontos (inclusive o central); Com dispositivo adicional de auxílio à partida; Desembaçador do vidro traseiro; Direção hidráulica ou equivalente; Faróis simples com máscara escurecida; Lavador e limpador do vidro traseiro; Limpador do para-brisa com



Proc. Adm. n° 0170515-24

temporizador; Luz de freio elevada (brake light); Norma de emissão, PL7 BR; Painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível; Para-sol com espelho para passageiro; Pneus/Rodas Ref.: 175/70 R14 84T resistência à rodagem otimizada ou equivalente; Preparação para sistema de som com fiação; Revestimentos dos bancos em tecido; Rodas de aço aro 14" com calotas; Espelho de cortesia esquerdo; Tomada 12V e/ou adaptador USB no console central; Travamento elétrico das portas sem controle remoto; Vidros dianteiros elétricos. Peso aprox. 1.000 kg; Porta-malas com capacidade aprox. 260 litros. Cor branco, categoria HATCH;

Veículo Automotor zero quilômetro: Motor 1.0 a 1.6 Flex ou equivalente; Potência de 68cv a 100cv ou equivalente; Câmbio manual; Tanque de combustível com capacidade para aprox. 50 litros; Sistema de partida a frio com ou sem reservatório adicional de gasolina; Freios com sistema antitravamento e distribuição eletrônica de frenagem ou equivalente; Palhetas do limpador de para-brisa com melhor performance; Alerta de frenagem de emergência; 2 airbags (passageiro e motorista); 3 apoios de cabeça no banco traseiro com ajuste de altura; 4 portas; Alerta sonoro e visual para não utilização do cinto de segurança do motorista; Antena no teto; Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen; Banco do motorista com ajuste de altura; Banco traseiro preferencialmente com encosto rebatível; Chave tipo "canivete" sem controle remoto; Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador; Cintos de segurança traseiros de 3 pontos (inclusive o central); Com dispositivo adicional de auxílio à partida; Desembaçador do vidro traseiro; Direção hidráulica ou equivalente; Faróis simples com máscara escurecida; Lavador e limpador do vidro traseiro; Limpador do para-brisa com temporizador; Luz de freio elevada (brake light); Norma de emissão, PL7 BR; Painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível; Para-sol com espelho para passageiro; Pneus/Rodas Ref.: 175/70 R14 84T resistência à

3

N



Proc. Adm. nº 0170515-24

F1. 659 dy

rodagem otimizada ou equivalente; Preparação para sistema de som com fiação; Revestimentos dos bancos em tecido; Rodas de aço aro 14" com calotas; Espelho de cortesia esquerdo; Tomada 12V e/ou adaptador USB no console central; Travamento elétrico das portas sem controle remoto; Vidros dianteiros elétricos. Peso aprox. 1.000 kg; Porta-malas com capacidade aprox 400 litros. Cor branco, Categoria SEDAN;

- Os veículos deverão ser disponibilizados com os certificados de registro dos veículos (CRLV), e estar em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com os equipamentos obrigatórios, exigidos pela Legislação de Trânsito.
- Os veículos fornecidos deverão estar com a quilometragem zerada e serão substituídos quando atingirem 120.000 km rodados (ou KM inferior por decisão da locadora sem ônus para o contratante).
- O prazo para entrega dos veículos será de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do instrumento.
- Os veículos deverão ser mantidos com a documentação regular e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor.
- A quilometragem será livre, sem qualquer tipo de limitação pré-estabelecida.
- Os veículos deverão possuir seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, e responsabilidade civil e cobertura de terceiros, sem limite de cobertura, atendendo a necessidade demandada de qualquer ocorrência. Salvo, se comprovada a culpabilidade do condutor, quando fora das condições estabelecidas para condução do veículo por exemplo: alcoolizado, CNH irregular, ou cometimento de infrações às regras de trânsito.

)\P



Proc. Adm. n°0170515-24

FI. KYU A

- A Contratada deverá regularmente efetuar as manutenções periódicas, preventivas e corretivas, nos veículos, de acordo com as recomendações dos fabricantes, cujos custos correrão por sua conta.
- Os veículos deverão ser disponibilizados com tanque cheio, considerando que não está previsto o fornecimento de combustíveis, e deverão ser devolvidos igualmente abastecidos.
- Em caso de imobilização de veículo por acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra necessidade, a Contratada fornecerá veículo reserva, com as mesmas características do substituído, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. A devolução do veículo reserva somente ocorrerá após a disponibilização do principal.
- A Contratada deverá possuir, na ocasião da assinatura do Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços, sede ou filial com capacidade administrativa e operacional no Estado do Rio de Janeiro, inclusive com pessoal capacitado para a perfeita execução dos serviços, tais como entrega dos veículos, substituições, manutenções, entre outros, disponibilizando telefones que atendam 24 horas por dia, mesmo em feriados e finais de semana, para atender as situações excepcionais.
- A Contratada deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços.
- Serão de responsabilidade do órgão, as multas de trânsito, quando o condutor der causa.
- A Contratada deverá se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados ao órgão, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos, bem como pela infração cometida ou executada inadequadamente.
- A Contratada responderá às ações e/ou reclamações arguidas por terceiros contra os órgãos contratantes e deverá arcar com os ônus decorrentes, por prejuízos, desde que

ros contra os os, desde que



Proc. Adm. n° 0170515-24

Fl. 555 0

graves e comprovados, ou originados diretamente de causas imputadas aos condutores dos veículos locados, excluídas as ações decorrentes de danos indiretos e lucros cessantes, às quais, comprovadamente, não tiver dado causa.

- A Empresa deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, durante a vigência do termo de adesão a Ata de Registro de Preço e/ou contrato, fato que será observado na efetivação dos pagamentos.
- A Contratada deverá comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceito o veículo que estiver em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- A Contratada deverá respeitar e cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho,
 previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- A Contratada deverá fiscalizar o perfeito cumprimento da obrigação assumida, cabendo-lhe, integralmente, seus ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo poder público.
- A Contratada deverá substituir os veículos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações dos veículos entregues, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- A contratada deverá manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos ou especificações técnicas de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que lhe sejam confiados, relacionando-se ou não com a prestação de serviços.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Considerando a possibilidade de adesão a Ata 77/23 da Prefeitura Municipal de Guapimirim, serão locados 08 (oito) veículos sendo estes:

Y



Proc. Adm. n° 0170515-24

Fl. 556 0

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
1	459806	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO HATCH, ZERO QUILÔMETRO, COM 05 PORTAS E CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS Especificação: porta-malas com capacidade não inferior a 250 litros. Potência de 68cv a 87cv. Ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, protetor cárter, acessórios obrigatórios, apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, direção hidráulica, câmbio com no mínimo 05 marchas, cor Branco.	ANL	4
3	412403	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SEDAN, ZERO QUILÔMETRO, COM 05 PORTAS E CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS Especificação: Veículo Automotor zero quilômetro: Motor 1.0 a 1.6 Flex ou equivalente; Potência de 68cv a 100cv ou equivalente; Câmbio manual; Tanque de combustível com capacidade para aprox. 50 litros; Sistema de partida a frio com ou sem reservatório adicional de gasolina; Freios com sistema antitravamento e distribuição eletrônica de frenagem ou equivalente; Palhetas do limpador de para-brisa com melhor performance; Alerta de frenagem de emergência; 2 airbags (passageiro e motorista); 3 apoios de cabeça no banco traseiro com ajuste de altura; 4 portas; Alerta sonoro e visual para não utilização do cinto de segurança do motorista; Antena no teto; Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen; Banco do motorista com ajuste de altura; Banco traseiro preferencialmente com encosto rebatível; Chave tipo "canivete" sem controle remoto; Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador; Cintos de segurança traseiros de 3 pontos (inclusive o central); Com dispositivo adicional de auxílio à partida; Desembaçador do vidro traseiro; Direção hidráulica ou equivalente; Faróis simples com máscara escurecida; Lavador e limpador do vidro traseiro; Limpador do para-brisa com temporizador; Luz de freio elevada (brake light); Norma de emissão, PL7 BR; Painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível; Para-sol com espelho para	ANL	4



Proc. Adm. n° 0170515-24

Fl. 557 😓

otimizada ou equivalente; Preparação para sistema de som com fiação; Revestimentos dos bancos em tecido; Rodas de aço aro 14" com calotas; Espelho de cortesia esquerdo; Tomada 12V e/ou adaptador USB no console central; Travamento elétrico das portas sem controle remoto; Vidros dianteiros elétricos. Peso aprox. 1.000 kg; Porta-malas com capacidade aprox. 400 litros. Cor branco.

5.1 LOCAIS DE APLICAÇÃO

LOCAIS	QUANT.
CRAS FIGUEIRA Rod. Washington Luiz - Figueira, Duque de Caxias	1
CRAS IMBARIÊ RUA GOENDIRA, 120 - IMBARIÊ	1
CRAS PARADA MORABI Av. Hélio de Oliveira - Parada Morabi, Duque de Caxias	1
CRAS JARDIM GRAMACHO AV. PISTÓIA, S/N – PRÓX. AO CIEP 218	1
CRAS PILAR AV. PRESIDENTE KENNEDY, LT 10 QD 46	1
CRAS JD. PRIMAVERA AV. MARQUES DE BAEPENDI, 593 - JD. PRIMAVERA	1
CRAS VILA MARIA HELENA RUA ANTENOR RESENDE, 100 – VILA Mª HELENA	1
CRAS GRAMACHO Av. Governador Leonel de Moura Brizola, lt. 2327- Gramacho- Duque de Caxias	1

A.



Proc. Adm. n° 10970515-24 Fl. 558

6. MODELO DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO E DE DESEMBOLSO

- O regime de execução será mensal, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, durante a vigência do instrumento.
- A entrega será realizada na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situado
 à Av. Brigadeiro Lima e Silva, 1618, Vinte e Cinco de Agosto, Duque de Caxias/RJ, no
 horário das 09 às 17 horas, após o recebimento da ordem de fornecimento;
- Os veículos serão recebidos pela Coordenadora de Patrimônio, Hilda da Conceição Ricardo da Silva, mat. 37.562-4, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, setor de patrimônio, situado à Av. Brigadeiro Lima e Silva, 1618, 25 de agosto, Duque de Caxias/RJ, no horário das 09 às 17 horas;
- Os veículos deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do instrumento contratual, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 9h e 16h.
- Correrão por conta do fornecedor todas as despesas referentes à entrega do objeto, até a entrega do objeto, como, por exemplo, frete, tributo, etc.
- A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos serviços;
- No prazo de até 05 dias corridos a partir do recebimento da documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, o fiscal de contrato deverá:
 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
 - Emitir relatório para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados,
 com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



Proc. Adm. n° 0170515-24

F1. 559 0

- Comunicar à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- Os veículos serão recebidos definitivamente após 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.
- Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada;
- Os veículos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- Em caso de imobilização de veículo por acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra necessidade, a Contratada fornecerá veículo reserva, com as mesmas características do substituído, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. A devolução do veículo reserva somente ocorrerá após a disponibilização do principal.



Proc. Adm. nº n170515-24

FI. 560 A

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- O gerenciamento desta contratação caberá a servidor a ser designado formalmente pela SMASDH, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8666/93;
- A gestão e a fiscalização desta contratação será exercida pela SMASDH, através do gerente ou fiscal, com designação em portarias próprias, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo ao contratante;
- Deverá o Fiscal do Contrato acompanhar e fiscalizar sua execução, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a mesma e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados;
- Os atestos referentes à execução do contrato deverão ser realizados pelo fiscal do contrato a que se refere o item anterior e por outro servidor da mesma pasta, também designado pelo respectivo titular;
- Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no presente processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para o Município de Magé ou modificação da contratação;
- As decisões que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;
- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não

J July



Proc. Adm. n° 0170515-24 Fl. 560

implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

• As responsabilidades atribuídas ao Gerente e ao Fiscal do Contrato estão determinadas nos artigos 37 a 39 do Decreto Municipal 7.349 de 2019 e também em Instrução Normativa específica, publicada pela Secretaria Municipal de Controle Interno e disponível na intranet da PMDC.

8. CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- O faturamento será mensal, mediante atesto dos gestores do contrato;
- Uma vez que os veículos forem entregues em condições atestadamente satisfatórias, e
 estejam aptos a produzirem os resultados pretendidos, os pagamentos começarão a ser
 efetuados mensalmente por meio de emissão de nota de empenho, até o 30° (trigésimo)
 dia contado a partir da entrega dos veículos, desde que atendidas as exigências e
 requisitos previstos neste TR.
- Os pagamentos ocorrerão no prazo de até 30 dias corridos após a regular liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica determinada no Decreto Municipal nº 7.259/2019;
- Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou
 fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo
 IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em
 prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao
 mês pro rata die;
- Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto,
 devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s);

N



Proc. Adm. n° 0170515-24

 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato:

- O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal no protocolo na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada e demais documentos que vierem a ser exigidos pelo órgão de Controle Municipal, devidamente atestada pelos servidores designados para recebimento dos veículos;
- Os pagamentos ocorrerão após a regular liquidação da despesa. A liquidação se dará após a efetiva entrega dos veículos, segundo as cláusulas contratuais e à vista dos documentos fiscais correspondentes e demais documentos exigidos em contrato e em regulamentos, conforme estabelecido no art. 42 do Decreto Municipal nº 7.349/2019 e demais legislações pertinentes.
- Os pagamentos serão realizados obedecendo a ordem cronológica determinada no Decreto Municipal nº 7.259/2019;
- Para fins de registro da despesa, o Gerente do Contrato deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Fazenda, por meio de processo específico devidamente autuado, instruído com os documentos elencados no Anexo II do Decreto Municipal nº 7.349/2019;
- Na hipótese de pagamento posterior ao vencimento da obrigação, será feita a respectiva
 e proporcional compensação do valor da fatura apresentada para pagamento "pro rata
 die" do valor da obrigação, a razão de 1% (um por cento) ao mês, conforme alínea "d",
 do Inciso XIV, do art. 40, da Lei Federal 8.666, de 1993.
- Para a efetivação do pagamento a empresa deverá protocolar sua solicitação formal para pagamento, no Protocolo da Secretaria Municipal de assistência Social e Direitos Humanos, conforme Anexo II do Decreto Municipal nº 7.349/2019, que deverá constar:

d



Proc. Adm. n° 01 7 0 5 1 5 -24

- Requisição de pagamento para a cobrança respectiva, direcionado ao Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos;
- Nota Fiscal Eletrônica, Fatura ou Recibo de Prestação de Serviços (RPS), informando o quantitativo entregue, atestado e datado por 02 (dois) servidores com suas respectivas matrículas e assinaturas, declarando a regular entrega dos itens, de acordo com a contratação efetuada; Deverá estar destacado no documento fiscal o valor da retenção de INSS com o título "RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL", nos serviços que couberem. (IN RFB n° 971/2009)
- Termo de Contrato e seus aditivos, devidamente publicado, quando couber;
- AFO pertinente ao faturamento, quando couber;
- Planilha contendo o detalhamento dos serviços executados, apurando o valor apresentado no faturamento emitido.
- Nota de Empenho;
- AUTORIZO do Ordenador de Despesas pertinente;
- Relatório do Fiscal do contrato, de acordo com o art. 38, II "a";
- Portaria de designação do Fiscal do contrato, devidamente publicada no Boletim Oficial;
- Certidão negativa ou positiva com efeito negativa de FGTS, Receita Federal e CNDT;
- Folhas de pagamento distintas e o respectivo resumo geral, para cada estabelecimento ou obra de construção civil da empresa contratante, relacionando todos os segurados alocados na prestação de serviços; (IN RFB nº 971/2009 - art. 134 - I)
- GFIP com as informações relativas aos tomadores de serviços para cada estabelecimento da empresa contratante ou cada obra de construção civil, utilizando os códigos de recolhimento próprios da atividade, conforme normas previstas no Manual da GFIP; (IN RFB n° 971/2009 – art. 134 - I);



Proc. Adm. n°

0170515-26

FI. GOU ¢

 Guia de recolhimento do FGTS e guia da Previdência Social devidamente quitadas referente ao período da prestação do serviço;

Documento de Arrecadação Federal (DARF) dos tributos federais (quando houver);

9. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- A proposta, que compreende a descrição do bem/serviço ofertado, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes no Termo de Referência;
- Descrição do serviço/bem observadas as mesmas especificações do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha composição de custo;
- Poderão não ser aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para aquisição ou contratação, analisando-se como limite máximo tanto o preço global quanto os preços unitários.







Proc. Adm. n° 0170515-24

Fl. 565 P

10. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos;
- Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades
 e prazos compatíveis com o objeto deste termo de referência, ou com o item pertinente,
 mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito
 público ou privado.
- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- A contratada disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente prestação de serviços ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
----------------------	----------------------	---------------------	-------------------



Proc. Adm. n° 0170515-24 Fl. 5000

17.91	08.244.0014.2.343	3.390.39.02	1660

12. GARANTIAS, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Garantia

O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Manutenção

Os veículos fornecidos serão entregues com a quilometragem zerada e serão substituídos quando atingirem 120.000 km rodados (observadas as revisões e manutenções periódicas), bem como por eventual inoperabilidade ou por decisão da locadora, sem ônus para o contratante em ambos os casos.

A Contratada deverá regularmente efetuar as manutenções periódicas, preventivas e corretivas, nos veículos, de acordo com as recomendações dos fabricantes, cujos custos correrão por sua conta.

Suporte

Em caso de imobilização de veículo por acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra necessidade, a Contratada fornecerá veículo reserva, com as mesmas características do substituído, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. A devolução do veículo reserva somente ocorrerá após a disponibilização do principal.

A Contratada deverá possuir, na ocasião da assinatura do termo de adesão a Ata de Registro de Preços e/ou do Termo Contratual, sede ou filial com capacidade administrativa e

W



Proc. Adm. n° 0170515-24

Fl. 507 P

operacional no Estado do Rio de Janeiro, inclusive com pessoal capacitado para a perfeita execução dos serviços, tais como entrega dos veículos, substituições, manutenções, entre outros, disponibilizando telefones que atendem 24 horas por dia, mesmo em feriados e finais de semana, para atender as situações excepcionais.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato oriundo da adesão a ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação.

15. OBRIGAÇÕES DAS PARTES DA CONTRATANTE

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência;

et e



Proc. Adm. n° 0170515-24

F1. 568 6

- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Contratante relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;
- Expedir, por meio da Secretaria requisitante, documento de inspeção dos serviços prestados emitido pelo fiscal do contrato, que servirá como instrumento de avaliação e atestado do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;
- Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado da Contratada, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais;
- Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas neste termo apresentados;
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:



Proc. Adm. n° 0170515-24
Fl. 566

- o exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- o direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- Fornecer informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

DA CONTRATADA

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, assumindo como exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, quando aplicável;
- O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



Proc. Adm. n° 0170515-24

- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- Executar os serviços conforme especificações deste termo, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade para execução do objeto;
- Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas;
- Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, Fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, ficando a obrigada a promover a devida restauração e/ou ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade;



Proc. Adm. n° 0170515-24

- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da Contratada;
- Garantir acesso, a qualquer tempo, da Fiscalização da Contratada ao serviço em questão;
- Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto nº 7.203, de 2010;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção,
 Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato,
 por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais
 previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade
 à Contratante;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

سال



Proc. Adm. n° 0170515-24

- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em

y



Proc. Adm. n° 0170515-21

sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste termo de referência, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos da Lei pertinente.

- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal,
 as normas de segurança da Contratante;
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

16. SANÇÕES CONTRATUAIS

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, além da revisão do contrato, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei 8.666/93, artigos 77 e 78;

- Pelo descumprimento das demais condições fixadas neste Termo de Referência e no contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, para cada evento, devidamente atualizado, independentemente de eventual rescisão contratual, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ensejando a aplicação de multa ao adjudicatário de 20% (Vinte por cento) sobre o valor previsto no Contrato;
- Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública por até 5 (Cinco) anos e descredenciamento, pelo prazo de até cinco anos, quando:
- Apresentar documentos falsos ou falsificados;
- Praticar atos ilícitos com o objetivo de fraudar a execução do contrato,

Ju



Proc. Adm. nº 0170515-24

FI. 574 A

- Cometer falhas ou fraudes na execução do contrato;
- Sofrer condenação definitiva pela pratica de fraude fiscal; e
- Praticar atos ilícitos que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a União, Estados e Municípios;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;
- Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;
- As sanções previstas anteriormente poderão ser aplicadas em conjunto, mediante decisão fundamentada, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- No caso de aplicações das sanções estabelecidas neste termo de referência, assim são definidas as possíveis faltas cometidas pela contratada:
- Faltas Leves: puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e a despeito delas, a regular prestação dos serviços não fica inviabilizada;
- Faltas Graves: puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multas caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam

y



Proc. Adm. n° 0170515-24

prejuízos aos serviços da Administração, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato, notadamente em decorrência de conduta culposa da contratada;

- Faltas Gravíssimas: puníveis com a aplicação das penalidades de multas e impedimento de licitar e contratar com a União, Distrito Federal, Estados e Municípios pelo prazo de até 05 (Cinco) anos, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando a execução do contrato em decorrência de conduta culposa ou dolosa da contratada;
- Ao longo do período contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade, cujo fato da Administração relevar qualquer falta, não implicará em novação;
- As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pelo Gestor de Contrato;
- As multas serão descontadas dos pagamentos, ou da garantia prevista no Contrato ou recolhidas à conta corrente da Administração Pública, através da Secretaria de Fazenda, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de publicação do ato de punição, ou, ainda, quando for o caso, poderão ser cobradas judicialmente, nos termos dos §§ 20 e 30 do art. 86 da Lei nº 8.666/93;
- As atualizações das multas serão feitas com base no IGP-M (FGV);
- As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado;
- Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo e sem devida motivação, devendo a Contratada ser notificada para apresentação defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação;



Proc. Adm. n° 0170515-24

- Das penalidades de que tratam o Termo de contrato, cabe recurso ou pedido de reconsideração, conforme o caso;
- Fica definido o Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos como autoridade competente para aplicação das sanções;
- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17. HIPÓTESES DE RESCISÃO

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- Constituem motivo para rescisão do contrato:
- O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;



Proc. Adm. nº 0170515-24

FI. 977 &

- O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 10 do art.
 67 da Lei 8.666/93;
- A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e
 determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o
 contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 10 do art. 65 da Lei Nacional 8.666/93;
- A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna

JL

28/



Proc. Adm. n° 0170515-21

ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

- A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93;
- Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- Judicial, nos termos da legislação;
- Ar. 79, § 10 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
- § 20 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
- I devolução de garantia;
- II pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

y.



Proc. Adm. n° 0170515-24

Fl. 979 \$

III - pagamento do custo da desmobilização

 § 50 Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

 O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da lei federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18. CONDIÇÕES GERAIS

A Contratada obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Referência no prazo estabelecido, a partir da assinatura do contrato e elege como foro o Município de Duque de Caxias com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Duque de Caxias, 04 de julho de 2024.

Este Termo de Referência foi elaborado por:

KARINA DA SILVA SOUZA

Diretora do Departamento de Planejamento e Projetos

Matrícula: 46.607-7.

Aprovado por:

ANYR MENEZES

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Matrícula: 40.257-5





ANEXO I

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	459806	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO HATCH, ZERO QUILÔMETRO, COM 05 PORTAS E CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS Especificação: porta-malas com capacidade não inferior a 250 litros. Potência de 68cv a 87cv. Ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, protetor cárter, acessórios obrigatórios, apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, direção hidráulica, câmbio com no mínimo 05 marchas, cor Branco.	ANL	4	R\$	R\$	R\$
3	412403	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SEDAN, ZERO QUILÔMETRO, COM 05 PORTAS E CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS Especificação: Veículo Automotor zero quilômetro: Motor 1.0 a 1.6 Flex ou equivalente; Potência de 68cv a 100cv ou equivalente; Câmbio manual; Tanque de combustível com capacidade para aprox. 50 litros; Sistema de partida a frio com ou sem	ANL	4	R\$	R\$	R\$





reservatório adicional de gasolina; Freios com sistema antitravamento e distribuição eletrônica de frenagem ou equivalente; Palhetas do limpador de para-brisa com melhor performance; Alerta de frenagem de emergência; 2 airbags (passageiro e motorista); 3 apoios de cabeça no banco traseiro com ajuste de altura; 4 portas; Alerta sonoro e visual para não utilização do cinto de segurança do motorista; Antena no teto; Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen; Banco do motorista com ajuste de altura; Banco traseiro preferencialmente encosto rebatível; Chave tipo "canivete" sem controle remoto; Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionador; Cintos de segurança traseiros de 3 pontos (inclusive o central); Com dispositivo adicional de auxílio à partida; Desembaçador do vidro traseiro; Direção hidráulica ou equivalente; Faróis simples com escurecida; Lavador e limpador do vidro traseiro; Limpador do para-brisa com temporizador; Luz de freio elevada (brake light); Norma de emissão, PL7 BR; Painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível; Para-sol com espelho para passageiro; Pneus/Rodas Ref.:

2 ////





	aprox. 400 litros. Cor branco. TOTAL MENSAL E AN	R\$
	kg; Porta-malas com capacidade	
	dianteiros elétricos. Peso aprox. 1.000	
	portas sem controle remoto; Vidros	
	central; Travamento elétrico das	
	12V e/ou adaptador USB no console	
	Espelho de cortesia esquerdo; Tomada	
	Rodas de aço aro 14" com calotas;	
	Revestimentos dos bancos em tecido;	
	para sistema de som com fiação;	
	otimizada ou equivalente; Preparação	
- 1	175/70 R14 84T resistência à rodagem	

Elaborado por:

KARINA DA SILVA SOUZA

Diretora do Departamento de Planejamento e Projetos Matrícula: 46.607-7.

De acordo,

JANYR/MENEZES

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Matricula: 40.257-5